

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**A PRESENÇA JESUÍTICA NO RIO GRANDE DO  
NORTE DURANTE O PERÍODO COLONIAL  
SÉCULOS XVI-XVIII**

**IRACY REJANE BATISTA MATIAS**

**NATAL / RN**

**2002, 2**

IRACY REJANE BATISTA MATIAS

**A PRESENÇA JESUÍTICA NO RIO GRANDE DO  
NORTE DURANTE O PERÍODO COLONIAL  
SÉCULOS XVI-XVIII**

Monografia apresentada à disciplina  
Pesquisa Histórica II ministrada pela  
Professora Dra. Denise Mattos Monteiro,  
~~como conclusão do Curso de História da~~  
Universidade Federal do Rio Grande do  
Norte, sob a orientação da Professora  
Dra. Maria Emília Monteiro Porto.

NATAL / RN

2002

“A última coisa que se encontra ao fazer uma obra é o que se deve colocar em primeiro lugar” (Pascal, *Pensée*, frase nº 19) pois “sendo todas as coisas causadas e causadoras, ajudadas e ajudantes, mediata e imediatamente, e todas se relacionando por um vínculo natural e insensível que liga as mais afastadas e mais diferentes, creio ser tão impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, sem conhecer particularmente as partes”. (Pascal, *Pensée*, frase nº 73).

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	
2.	CAPÍTULO 1 – VINDA DOS JESUÍTAS PARA O BRASIL	8
	1.1 – Mentalidade da época	8
	1.2 – Tradição espiritual dos jesuítas	10
3.	CAPÍTULO 2 – OS MISSIONÁRIOS JESUÍTAS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE	15
	2.1 – A conquista dos nativos: padres e colonos	15
	2.2 – Tentativas para efetuar o povoamento e o início da catequese	20
4.	CAPÍTULO 3 – PROPAGAÇÃO DA FÉ NA CAPITANIA DO RIO GRANDE	25
	3.1 – O que buscavam os jesuítas na capitania	25
	3.2 – Conquista holandesa	30
	3.3 – Catequese como processo educativo	32
	CONCLUSÕES	39
	FONTE E BIBLIOGRAFIA	41

## INTRODUÇÃO

Com a descoberta de novas terras no século XVI, a Europa buscou estender seus domínios sobre os novos povos. Para isso utilizou o modelo ocidental cristão no qual Igreja e Estado tinham um papel bem definido, especialmente, quanto a relação entre colonização e evangelização dos povos. No entanto, Igreja e Estado utilizavam-se de princípios e meios diferentes para obterem os mesmos resultados.

Em 1500, Portugal – a quem cabia a primazia pela descoberta, segundo o Tratado de Tordesilhas, celebrado em 1494, afirmava que todas as terras que ficassem a 370 léguas a leste das ilhas do Cabo Verde ficariam para Coroa Portuguesa – resolve efetivar o seu domínio como nação detentora de todos os seus territórios, inicia-se assim o processo de colonização nas novas terras. Para que esse objetivo chegasse a ser alcançado, primeiro a Coroa Portuguesa fez a divisão territorial em grandes lotes de terra que foram denominados de Capitânicas Hereditárias. Estas deveriam ser concedidas a particulares que dispusessem de meios para desenvolvê-las, sobretudo que as povoassem, revertendo assim o constante perigo das terras serem dominadas por outras nações, inclusive, franceses que já mantinham um certo contato com os nativos.

A Capitania do Rio Grande, vasta extensão territorial, foi doada a João de Barros e seu sócio Aires da Cunha, ricos e prestigiados funcionários da Coroa Portuguesa. Eles organizaram, juntamente com o donatário da Capitania do Maranhão, uma expedição colonizadora, em 1535, em direção ao litoral setentrional onde a presença francesa era uma ameaça ao domínio português. Não tendo atingido seu objetivo, a empreitada é adiada, começando apenas a surtir efeito vários anos depois, isto é, em 1597.

No Rio Grande essa relação - Estado e Igreja – pode ser observada no ano de 1597, quando chegou a Capitania do Rio Grande uma expedição com o intuito de conquista e ocupação por determinação real, onde já se tinha as primeiras notícias dos missionários jesuítas e franciscanos que faziam parte da expedição.

Mesmo sabendo que os jesuítas não foram os únicos a evangelizarem na capitania, buscaremos compreender como aconteceu a relação dos missionários jesuítas com os indígenas para implantação da Cruz no Rio Grande.

Trataremos dos métodos cristãos de conquista, concentrando nossa abordagem na questão dos jesuítas, concretamente a partir de sua atuação na Capitania do Rio Grande entre 1597 e 1750.

\* Isso vai dar na África

O interesse pela temática foi iniciado porque na historiografia tradicional aborda-se o assunto como consequência natural do projeto de colonização da Coroa Portuguesa. Em obras mais recentes já se analisa as implicações da presença dos religiosos missionários na colônia, sem, contudo, procurar analisar as suas práticas como consequências da sua formação teológica e pertença a uma instituição religiosa.

São a partir de 1597 que se procurará compreender, dentro do contexto de colonização da capitania do Rio Grande, como foi que se deu à missão dos jesuítas, suas relações com os indígenas, procurando descobrir quais eram suas motivações para enfrentarem os conflitos nas novas terras, assim como sua influência para o processo de colonização-evangelização.

O estudo abordará os anos de 1598 a 1750 – período colonial – em que se buscará analisar as cartas e anuas, para se obter assim o objetivo desejado.

A opção, exclusiva, por uma ordem religiosa e não por todas as que efetuaram missões no Rio Grande neste período, nasce pelo interesse em buscar compreender porque os jesuítas foram escolhidos pela Coroa Portuguesa para intermediar a ação colonizadora nas novas terras, assim como, por que efetuaram essa missão com características tão peculiares, marcando assim com sua teologia, a vida dos novos fiéis e inculcando nestes o interesse aos sacramentos e as práticas religiosas do catolicismo.

Não se pode dizer que, hoje, não existam trabalhos referentes a temática, porém são mais raros os trabalhos que tratam exclusivamente de uma única ordem religiosa e que busquem analisar a especificidades desta em relação a missão.

Para melhor entendimento do assunto estudado, foram utilizados trabalhos recentes como o de Fátima Martins Lopes – *Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização do Rio Grande*, que aborda a questão missionária de diversas ordens religiosas no período colonial na Capitania, assim como *Introdução à história do Rio Grande*, de Denise Monteiro, que trata, entre outros assuntos, da questão indígena neste período estudado, Luis da Câmara Cascudo, que em seu livro: *História do Rio Grande*, descreve a ação colonizadora na Capitania, expondo questões religiosas, políticas, social e econômica deste período.

Uma bibliografia geral permitiu fazer uma contextualização da Europa, da Companhia de Jesus e do Rio Grande. A intenção de fazer um estudo analítico das cartas dos padres Jesuítas, referendando-se ao tema explicitado - *A Presença Jesuítica no Rio Grande do Norte, durante o período colonial* - deveu-se à tentativa de se estabelecer do ponto de vista histórico as especificidades desta.

O trabalho encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro refere-se a contextualização do século XVI na Europa, mencionando-se a mentalidade da época assim como ao contexto da Capitania do Rio Grande. O segundo abordará as atividades dos Jesuítas na capitania e no terceiro o que se pode denominar de ação evangelizadora para a formação espiritual dos indígenas.

## CAPÍTULO I

### VINDA DOS JESUÍTAS PARA O BRASIL

#### 1.1 Mentalidade da época

Na busca para compreender o processo de colonização efetuado nas terras brasileiras e em especial nas terras do Rio Grande, não se pode deixar de mencionar os pensamentos dos portugueses daquela época. A “grande empresa” que foi a colonização do Brasil pelos portugueses unia numa só intenção a conquista das terras e a redução à fé cristã dos povos conquistados. No pensamento português misturava-se um apego sincero à fé cristã e os impulsos da conquista. O historiador e teólogo João Fagundes Hauck afirma: “Na verdade não chegavam mesmo a se misturar, pois era uma coisa só.”<sup>1</sup> Daí se compreender porque para eles descobrir terras de povos, considerá-los inimigos de Cristo, dominá-los, roubar-lhes as riquezas, tomar suas terras e obrigá-los a trabalhar para Portugal – tudo isso ligado ao grande propósito de reduzi-los a fé cristã – levando-lhes a possibilidade da salvação e honra de dilatar o Evangelho, era, na mentalidade portuguesa, algo bom. Para eles a empresa era considerada como missão recebida de Deus. Neste caso, explica-se o fato dos grandes sacrifícios que precisavam fazer. Como afirma Hauck, esse misto de religiosidade e interesse mercantilista era a essência da mentalidade deste época.

Para melhor ilustrar a justificativa é necessário lembrar como ocorreu a celebração de despedida dos que partiam para mais uma aventura pelo mar:

*“O dia 08 de março de 1500, primeiro domingo da Quaresma, foi festa em Lisboa. Primeiro a missa, que foi celebrada pelo bispo de Celta, Dom Diogo Ortiz de Vilhegas, que era admirador da grande empresa. No sermão, não faltou a referência ao zelo do rei, que, com sua armasse propunha dilatar a fé de Cristo. Entre os presentes estavam o Rei e toda a sua corte, além de amigos e convidados de honra”.*<sup>2</sup>

<sup>1</sup> HAUCK, João Fagundes. *Caminhada da Igreja no Brasil*. Revista Família Cristã, fev. 1987.

<sup>2</sup> Ibid HAUCK, p. 36.

Ainda dentro da solenidade de despedida foi feita a entrega solene da bandeira ao capitão-mor da esquadra, Pedro Álvares Cabral. Quem a entregou foi o Rei Dom Manuel. Para marcar o caráter sagrado da conquista, o Rei colocou na cabeça do capitão um Barrete bento pelo papa Alexandre VI. Numa expedição de conquista era muito importante a bandeira, que indicava o patrono da empreitada. E nesse caso, vale lembrar que a grande expedição seguiria levando a sua frente a bandeira da Ordem de Cristo, instituição religiosa que financiava a Escola de Sagre e quase todos os empreendimentos marítimos portugueses. É interessante perceber que não era a bandeira do rei e nem a de Portugal; era uma bandeira religiosa. Era em nome dessa bandeira pertencente a uma instituição religiosa que se fariam a conquista. A mistura de interesses era tão grande que o rei tinha conseguido ser declarado grão-mestre perpétuo da Ordem de Cristo. Um leigo como superior de uma ordem religiosa a qual tinha sido atribuídos o direito e dever da organização da igreja nos territórios conquistados, dispensando praticamente a autoridade dos bispos e do papa.

É dentro deste contexto que se realizou a grande conquista dos povos da América Latina. Fruto do expansionismo da Espanha e Portugal e que culminará por determinar na Igreja Latino Ameríndia características próprias, como consequência das profundas marcas deixadas pela opressão, violência e crueldade do processo iniciado. Essas serão as marcas da colonização no Brasil: a de uma expedição que carrega em si mesma essa mistura de interesses materiais e espirituais, consequência do mundo mercantilista e de uma igreja em decadência e muito envolvida no poder Estatal. A grande empresa que foi a colonização do Brasil pelos portugueses unia numa só intenção a conquista das terras e a redução a fé cristã dos povos conquistados. Já no século XVII o Padre Antônio Vieira (1608 - 1697) quando falava sobre isso se mostrava entusiasmado. Ele comparava a expansão portuguesa a conquista da Terra Prometida pelos hebreus; só que a empresa portuguesa era considerada mais gloriosa, derivada de uma vocação de Deus para a tarefa de reduzir à fé cristã os povos da América, da África e da Ásia. Este era o ponto de visto dos portugueses.

## 1.2 Tradição espiritual dos jesuítas

Desde 1500, quando da descoberta do Brasil, já se têm notícias da presença de religiosos nas expedições, pois isto, como já foi mencionado anteriormente, correspondia à tradição e às condições legais da conquista efetuada por homens que pertenciam ao mundo cristão, isto é, estavam imbuídos da mentalidade cristã da época.

Porém só quando o Brasil passa a ser objeto das preocupações de Portugal que vai acontecer mais concretamente a colonização das terras brasileiras e é a partir da vinda dos jesuítas que a presença missionária vai passar a obedecer a um plano melhor, muito mais definido.

Como as capitânicas tomaram-se um projeto inviável criou-se em 1548, um governo centralizado. Nomeou-se Tomé de Souza para governador geral. Com a centralização do governo na Bahia accelera-se o projeto de colonização. Juntamente com Tomé de Souza, chegaram ao Brasil seis jesuítas, sob a direção do padre Manuel da Nóbrega. Com essa presença jesuíta no projeto colonial do Brasil, injeta-se um elemento novo que por mais de duzentos anos vai caracterizar a cristandade em formação.

O convite à Companhia de Jesus para estabelecer-se em terras lusitanas partiu de João III (1521-1557) rei de Portugal, por intermédio do padre jesuíta Simão Rodrigues. D. João desejava enviar seus missionários às colônias ultramarinas. E é este convite especial que vai legar aos jesuítas o direito de serem apoiados pelo rei, financeiramente, assim como serem conhecidos como os missionários da Coroa.

O rei de Portugal percebeu nos jesuítas um poderoso aliado e dinâmico instrumento de evangelização, mas teve de aceitar a independência deles como instituição religiosa. Isso colocou os jesuítas numa situação bastante peculiar. Não se integravam completamente nas estruturas do padroado e tampouco no sistema de poder absoluto do rei. Mesmo que o padroado fizesse da igreja um departamento do governo em que bispos e sacerdotes viam-se proibidos de comunicar-se diretamente com o papa, este não foi um problema para a Companhia de Jesus, que era uma instituição rigidamente centralizada, com um general vitalício e ligados, em voto especial, ao papa. É certo que alguns problemas surgiram destas particularidades, mas, como gozavam de influências junto ao rei e ao papa, conseguem suplantá-los. Financeiramente se fizeram independentes pela

criação e administração de grandes fazendas, que lhes permitia manter os colégios e as reduções.

Sem dúvida, os jesuítas foram uma força missionária predominante na colônia. É evidente que para se atingir o ápice da evangelização os evangelizadores utilizavam-se de vários métodos sem, contudo, deixarem de corresponder também aos interesses da metrópole.

No caso dos jesuítas, eles se enquadravam, e muito, nas expectativas espirituais de alguns setores da sociedade européia que vivia envolvida com os avanços, conflitos e inquietações de uma sociedade em mudanças significativas, inclusive o expansionismo dos protestantes que enfraquecia a hegemonia católica e colocava em xeque verdades até então inquestionáveis, ou que nunca eram questionadas publicamente.

Os jesuítas eram conhecidos pela austeridade, fidelidade reconhecida aos seus compromissos sacerdotais e religiosos, de moral intocável numa sociedade em que a corrupção era a regra. Esta maior precisão pode ser compreendida pelo fato (da Companhia ter sido fundada em ambiente Contra-Reformista, no qual a Companhia será o exército combatente, o porta-voz do papa que estará, através do voto "especial" de obediência ao papa, ao lado da Igreja como vanguarda intelectual e espiritual. A Igreja Católica tenta reorganizar toda essa crise e um dos meios utilizados foram as Reformas de Trento (1546-1563) e é no palco desses acontecimentos que surge a Ordem Religiosa dos Jesuítas, a Companhia de Jesus ou Sociedade de Jesus:

*"Essa Ordem Religiosa, que foi fundada em 1534 por Santo Inácio de Loyola (1491 - 1556), apresentou-se, desde suas origens, como um corpo apostólico coeso e militante. Os discípulos de Santo Inácio ou "Inacianos", constituem, a semelhança de uma corporação militar, uma "Companhia" que o fundador quis que fosse de Jesus. Substituiu em os "Exercícios militares" por "Exercícios espirituais" a serem realizados "sob a bandeira de Cristo", contra o príncipe das Trevas, a fim de que tudo seja "para a maior glória de Deus" (ad maiorem Dei Gloriam)".<sup>3</sup>*

<sup>3</sup> MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa história: 500 anos da presença da Igreja Católica no Brasil*. t. 1, p. 115.

De acordo com as normas da Companhia de Jesus, sabe-se que para um jesuíta o lema “a maior glória de Deus e a salvação das almas” tem um significado revestido de valores interiorizados durante todo o processo de formação dos membros desta Ordem religiosa. Ao se lançarem para além de sua cultura e entrarem em contacto com os nativos do Novo Mundo, tinham clara a missão que deveriam exercer em nome de seu Rei.<sup>4</sup> É baseada nesta experiência espiritual que vão se desenvolver todas as atividades dos missionários da Companhia de Jesus. Considere-se também que estes eram homens versados em vários ofícios.

Quando se analisa a prática dos membros da Companhia de Jesus, observam-se homens preparados, isto é, formados nos rigores da experiência espiritual inaciana que faziam opção por um estilo de vida alicerçado na prática dos exercícios espirituais.

Inácio de Loyola começou a redação dos Exercícios Espirituais desde sua estada em Manresa (1522) e não cessou de retocá-la até a aprovação pontifícia que o papa João Paulo III lhe deu pelo breve *Pastoralis Officij*, a vista do manuscrito em latim, no dia 31 de julho de 1548. Mesmo após a publicação deste manuscrito, em setembro do mesmo ano, Inácio quis ainda melhorar seu texto: descobrem-se retoques na versão espanhola, chamada “autógrafa”, que são posteriores a 1548.

Os Exercícios Espirituais refletem a experiência apostólica de Inácio, bem como sua formação teológica, adquirida em Paris (1528–1535), depois em Veneza (1536–1537). Traduzem igualmente suas experiências místicas: a conversão em 1521, a experiência em Manresa em 1522, a visão de La Storta em 1537, alguns exemplos de etapas de um itinerário espiritual em que muitas influências se fizeram sentir. A primeira delas, já na abertura do livro dos Exercícios Espirituais, é a oração *Anima Christi*, de origem franciscana, composta provavelmente no século XIV e inserida nos Exercícios Espirituais em 1576. Outra influência nítida é a da “devoção moderna”, linha espiritual nascida nos Países Baixos no final do século XIV, sob liderança de Geraldo Groote. O que a caracterizava era a preocupação pela vida interior intensa aliada a uma certa desconfiança da ascese exagerada ou do entusiasmo místico, como se percebe no clássico *Imitação de Cristo*, de Tomas Kempis. Inácio vai entrar em contato com esta espiritualidade durante seus estudos no Colégio Montaigu, 1528, por intermédio dos monges beneditinos de Montserrat (1522), reformados na linha da *devotio Moderna* pelo abade Garcia de Cisneros, autor do *Ejercitatorio de la Vida Espiritual*. Admite-se ainda que

<sup>4</sup> LOYOLA, Inácio. *Exercícios espirituais*, regra 95 – 1º ponto.

Inácio se inspirou na Vida de Cristo, do pseudo-Boaventura, em que a visão concreta dos mistérios da vida do Senhor toma a sua humanidade como introdução normal da contemplação da divindade.

Quanto a finalidade dos Exercícios Espirituais, os comentaristas dividem-se basicamente em duas correntes: chegar a algum tipo de decisão ou ser uma "escola de oração", conduzindo a pessoa a maior união com Deus. Ou seja, uma experiência espiritual onde travam uma luta com os dois espíritos - um que conduz à salvação e outro que gera a morte. O processo para este exercício difere de pessoa para pessoa porque cada um reagirá de acordo com sua realidade própria. Para uns, o tempo de exercício é demasiado longo. Porém, após a experiência a pessoa discerne, através da vontade de Deus, a acolher o que é melhor para ela e para os outros, tudo isso vivido dentro das práticas da vida cristã.<sup>5</sup>

Quando um jesuíta se lançava para regiões longínquas como missionário era porque tinha boa formação. Essa formação consistia em um longo processo:

*"Começavam a serem postulantes com dois anos de noviciado, quando passavam por um breve período de isolamento e reflexão seguidos por uma série de experiências. No isolamento aprendiam a virtude do silêncio e a falar apenas quando solicitados. As experiências se dividiam por meses (aonde) eram acompanhados de perto por um padre experimentado que avaliaria constantemente o caráter do noviço para a consideração de suas aptidões. Os candidatos sabiam de antemão que desde o início do processo não teriam direito a pelar caso não concordassem com as avaliações".<sup>6</sup>*

Nos meses que se seguiam à experiência do candidato, ele deveria se dedicar a orações mentais e estudar os Exercícios Espirituais, meditar e contemplar a vida de Jesus Cristo. Deveria ainda dedicar-se a trabalho em hospitais e fazer uma peregrinação, sem dinheiro e esmolando de porta em porta. Deveria expor a doutrina cristã a crianças e pessoas simples ou se possível ensiná-las individualmente. Deveriam, já no fim de sua formação, fazer uma pregação ou ouvir confissões. Esta formação lhe daria a capacidade para enfrentar as dificuldades que haveriam de aparecer.

<sup>5</sup> CUSTÓDIO FILHO, Spencer, *Exercícios na vida cotidiana*, p.5.

<sup>6</sup> PORTO, Maria Emilia Monteiro. *Jesuítas na Capitania do Rio Grande, século XVI - XVII. Arcaicos e modernos*, p. 43 - 44.

Percebe-se que os jesuítas, como *Ordem Religiosa*, correspondiam não só às expectativas nascidas na sociedade europeia, mas também as das monarquias em implantar seu domínio em terras ultramarinas. Pensava-se neste período em conquistar os gentios, mas também em propagar a fé. Este era o pensamento do colonizador: conquistar e evangelizar. Na verdade, o tal "projeto colonial" é apresentado e pensado como uma "obra divina" que visa à conversão dos gentios pela ação dos missionários da Igreja, apoiados pela monarquia.

Entretanto, o projeto colonial assumiu muito mais o caráter de guerra santa ou cruzada religiosa, pois muitos entendiam que se tratava de uma continuação da reconquista da Península. Como consequência, ao chegarem nas terras já habitadas, impuseram aos nativos um sistema político diferente, uma nova forma de pensar e sobretudo de prestarem culto.

O objetivo era modificar todo o sistema de vida dos nativos. Mesmo que tenham existido missionários que deram a vida pela missão e que tenham favorecido alguns benefícios para os nativos, uma coisa é certa: houve uma brutal violação da cultura nativa pelos colonizadores, com uma imposição de modelos estranhos às culturas consideradas bárbaras, às quais se negou sua razão de ser, assim como seu livre desenvolvimento. Considerando que os missionários pertenciam ao contexto europeu, não é de se estranhar que mesmo a catequese cristã não tenha escapado desse processo.

Como havia uma estreita relação entre Estado e Igreja, a religião, na maioria das vezes, era utilizada para dar ao projeto colonial uma legitimação de caráter sacral, portanto ligada à vontade de Deus e abençoada por seus seguidores.

⑩ *texto está bom. Boa redação e concatenado.*

## CAPÍTULO 2

### OS MISSIONÁRIOS JESUÍTAS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE

#### 2.1 A conquista dos nativos: padres e colonos

Pode-se afirmar que acontece no primeiro momento do encontro entre colonizadores e indígenas um deslumbramento, seja pelas diversidades étnicas ou mesmo culturais. Mas, com os persistentes encontros entre os dois grupos o que vai ser notório são os cruéis confrontos entre europeus e indígenas. Até porque esses encontros foram marcados por dominações, submissão e exploração dos povos conquistados.

A visão de um povo inocente, dócil, servil e pacífico, demonstrada na carta de Pero Vaz de Caminha, logo cedeu lugar a uma visão generalizada de que os indígenas eram povos terríveis, comedores de carne humana, de cultura inferior e que, portanto, eram criaturas bárbaras, não civilizadas.

\* O argumento do padre Simão de Vasconcelos, SJ (1596–1671) afirma este ponto de vista:

*"Todas estas nações de gentes, falando em geral, e enquanto habitam seus sertões e seguem sua gentildade, são feras, selvagens, montanhese desumanas. Vivem ao som da natureza, nem seguem Fé, nem Lei, nem Rei (freio comum de todo homem racional). E em sinal desta singularidade lhes negou também o Autor da Natureza as letras F, L, e R. Seu deus é seu ventre – segundo a frase de São Paulo; sua lei e seu rei são seu apetite e seu gosto. Andam em manadas pelos campos de todo nus, assim como homens ou mulheres sem empacho algum da natureza. Vive neles tão apagada a luz da razão, quase como nas mesmas feras. Parecem mais brutos em pé, racionais humanos ...".<sup>7</sup>*

<sup>7</sup> MATOS, Henrique C. J. apud VASCONCELOS, Simão. *Crônica da Companhia de Jesus no Estado do Brasil*, p. 61.

\* Pela nota não se trata de argumento de Simão de Vasconcelos.

Diante dessa visão discriminatória, pode-se perceber que arma e cruz não podem deixar de ser os trunfos mais utilizados pelo europeu na conquista das terras e dos seus habitantes.

Em se tratando da conquista do Rio Grande, o método utilizado não foi diferente. A conquista da Capitania tornara-se por vários motivos, fundamental para a consolidação do domínio português, e foi por isso que o governo central estabeleceu novas diretrizes para efetivar seu domínio no norte da colônia, sendo necessário, neste caso, a colonização dos portugueses nas terras do Rio Grande. Por outro lado, sendo o Rio Grande colonizado, facilitaria a consolidação da conquista da Paraíba que, tendo sido abandonada depois de tentativa frustrada de conquistá-la dos potiguaras, tornara-se um refúgio de aventureiros e contrabandistas.

A Capitania do Rio Grande tinha como limite sul a Baía da Traição e como limite Norte a Angra dos Negros. Ou seja, entre as terras da Capitania da Paraíba e de Pernambuco. Alongando-se para o interior, compreendia os sertões dos atuais estados do Ceará, Piauí e Maranhão. Constituía, juntamente com a capitania de Pernambuco, uma das duas maiores capitanias do norte. Foi doada a João de Barros e seu sócio Aires da Cunha, ricos e prestigiados funcionários da Coroa Portuguesa.

*já disse.*

A atividade dos jesuítas na Capitania do Rio Grande a partir de 1597 foi possível porque utilizaram o método da catequese volante e também porque se comunicavam na própria língua dos indígenas. Na verdade, o problema com a língua vai ser um obstáculo que logo será solucionado pela utilização de intérpretes, alternativa para se resolver este problema. Para isso cite-se a problemática enfrentada pelos padres na administração do sacramento da penitência em que recorreram a esta alternativa. Neste caso levantava-se outro problema de fundo teológico, mas que foi resolvido, pois o bispo a permitiu desde que os intérpretes fossem homem honesto e provado na fé, caso contrário, seria proibido.

Na verdade, o papel fundamental dos jesuítas no Rio Grande não foi simplesmente intermediar a relação dos indígenas com os portugueses. Pode-se constatar que suas atividades na capitania são muito mais de cunho religioso e político, pois no período colonial os três sujeitos do poder eram o governador, o bispo e os jesuítas.

Com os planos expansionistas de Felipe II e com a preocupação em se consolidar os núcleos coloniais em pontos estratégicos da costa, principalmente nas nascentes de grandes rios para evitar que os franceses terminassem por adquirir direitos às terras ocupadas, a

*do Rio Grande*

Coroa Ibérica começou por efetuar a posse das terras através da força, utilizando-se do militarismo e da religião para a execução de seus propósitos. Neste intuito para cumprir determinações régias, partiram para o Rio Grande; o capitão-mor de Pernambuco, Manuel Mascarenhas Homem, e o da Paraíba, Feliciano Coelho, Francisco de Barros Rego, comandante da esquadra, os irmãos mestiços Jerônimo de Albuquerque, os padres Francisco Lemos e Gaspar de Samperes, da Companhia de Jesus, tendo ficado a encargo deste último a planta de um fortim <sup>na</sup> Barra do Rio Grande para se defenderem dos ataques indígenas. O fortim continha as características das construções coloniais portuguesas:

→ *“O capitão do mar se partiu com sua armada de catorze velas muito bem negociadas, na qual iriam quatrocentos homens. E, com ela entrou, toda com muita prosperidade, pela barra do rio grande, dia de natal do ano de 1597, em que se começava o 98, logo ao outro dia tomaram os portugueses posse da terra aonde se entrincheiraram com a mor pressa, que puderam, por causa dos contrários. E logo se começou a fortaleza que sua majestade mandava fazer”.<sup>8</sup>*

O padre Gaspar de Samperes era muito útil nesta expedição por ser ex-soldado em Flandres, arquiteto e religioso jesuíta. Também participaram dessa incursão os franciscanos Bernardino das Neves e João de São Miguel, sendo o Frei Bernardino intérprete da língua indígena. A importância de suas presenças deva-se ao fato de poderem contribuir com os conquistadores, sendo eles mesmos, conquistadores de “almas”. Isto é, tanto o português leigo como o religioso buscava realizar a conquista.

Segundo a Relação do Padre Gaspar de Samperes, as terras do Rio Grande “são boas para a criação de gado, plana e sem montes, com campinas retalhadas de rios e lagoas...”.<sup>9</sup>

Quando a expedição chegou às novas terras, precisou vencer vários obstáculos, como doenças e lutas constantes com os indígenas. Porém, o fato de terem alguns homens contraído o mal de bexigas fez com que a expedição se retirasse para a Paraíba. Como alguns potiguaras mantiveram contato com os contaminados, terminaram também estes por contraírem a doença, o que determinou a morte de muitos deles:

<sup>8</sup> LEITE, Serafim, História da Companhia de Jesus no Brasil, t. 1, p. 515 – 516. Daqui em diante, HCJB.

<sup>9</sup> Ibid., t. 1, p. 514.

p. 23

Tinha início na Capitania a primeira construção como marco da consolidação da colonização portuguesa. Isto é, a construção de um fortim, feito de pau a pique, para se defenderem dos constantes ataques indígenas, mas, também para melhor defenderem a capitania de ataques externos.

Nas mesmas páginas da História da Companhia de Jesus no Brasil, fica evidente que os padres que faziam parte da expedição não mediam esforços para conseguirem atrair a amizade dos indígenas. Mesmo nos momentos de guerra, alguns padres subiam rio acima, acompanhados de alguns soldados, alguns indígenas das aldeias que os padres tem a cargo, para tentarem se comunicar com os indígenas da capitania. Aos poucos esses passam a dar crédito às palavras dos padres e a confiar. Sendo isto fator importante para se lançar as bases da paz entre colonos e indígenas e isso facilitava o empreendimento. Porém, a resistência dos potiguaras foi bastante presente.

Segundo carta de Pero Rodriguez ao General Cláudio Aquaviva obtém-se informações precisas sobre a jornada que se realiza com Manuel Mascarenhas Homem, capitão-mor de Pernambuco e Feliciano Coelho de Carvalho, capitão-mor da Paraíba, com o intuito de adentrarem:

*"... a derradeira porta de conversão do gentio, que nestes dois anos passados se tem começado de abrir, é em o Rio Grande, comarca dos Potiguares. E porque estiveram muitos anos em guerra com os portugueses, dando entrada e tendo comércio com os franceses, tratarei primeiro de como foram conquistados, e depois como fizeram pazes com os nossos, porque assim em uma empresa como na outra, se acharam presentes, os padres que foram do Colégio de Pernambuco".<sup>10</sup>*

Os padres Francisco de Lemos, superior da missão e Gaspar de Samperes, seu companheiro, ajudavam com suas habilidades. Mas, sobretudo ajudavam ao exército com os costumeiros exercícios da Companhia. Veja-se que neste ponto os padres eram de grande ajuda para os portugueses, pois os apoiava e instrua na perseverança da fé. Os bens dos exercícios eram exclusivamente espirituais. Além disso, "pregavam, confessavam e não se negavam a nenhum trabalho"<sup>11</sup> Digno de nota é o fato de terem ido "várias vezes

<sup>10</sup> HCJB, t. 5, p. 514.

<sup>11</sup> HCJB, t. 5, p. 529.

*em batéis pelo rio arriba falar com os indígenas e persuadi-los para que fizessem as pazes com os portugueses*".<sup>12</sup> Primeiro porque a paz era necessária para se estabelecer as residências dos colonos e segundo porque havia pressa em conquistá-los logo para a fé católica. É portanto neste item que vai se travar a verdadeira batalha dos padres, que tinham como objetivo converter os "gentios" para a "maior glória de Deus".

Segundo Fátima Martins Lopes: *"quando os franceses foram expulsos e dessa forma deixaram desamparados os potiguaras, acelerara-se o processo de rendição dos indígenas com a intermediação do mamebuco Jerônimo de Albuquerque, e, principalmente, através dos padres da Companhia de Jesus"*.<sup>13</sup>

Esta rendição é descrita quase sem variações em todos os livros de história. O principal Potiguaçu ou Camarão Grande firmou a "paz" com os portugueses no forte. Por ordem do Governador Geral do Brasil, Dom Francisco de Souza, pela importância da nova conquista e da pacificação dos potiguara para os planos de expansão colonial, a mesma foi solenemente ratificada, em 11 de junho de 1599 na cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves (hoje João Pessoa), comparecendo os chefes indígenas potiguara Pau-Seco, Zorababé e Mar Grande, entre outros, e os Tabajaras da Paraíba, Braço de Peixe (Piragibe), Braço Preto e Pedra Verde, além dos representantes da Coroa portuguesa, os Capitães-mores de Pernambuco e da Paraíba, Manuel Mascarenhas Homem e Feliciano Coelho, os oficiais da Câmara da Paraíba, o Ouvido-mor Braz de Almeida, o futuro Capitão-mor de Pernambuco Alexandre Moura e também Frei Bernardino das Neves e o Padre Francisco Pinto como intérpretes e mediadores.

Com acordo de paz firmado entre os chefes Tupi-Potiguara e portugueses em 11 de Junho de 1599, evidencia-se que os indígenas perceberam logo qual o intuito dos portugueses, compreendendo que era melhor para eles firmarem o pacto de paz.

Porém, como em muitos acordos de paz, isso não significou dizer que não haveria mais luta. No caso dos potiguara, eles vão continuar resistindo e quando não puderem resistir através da luta armada, resistirão adentrando nos sertões e embrenhando-se em terras cada vez mais distantes e de difícil acesso ao homem branco.

Mesmo em desvantagem de arma, defendiam-se de acordo e da forma que sempre lutara. Os colonos, melhor dizendo, os expedicionários, ao contrário dos indígenas, ao

<sup>12</sup> "Carta de Pero Rodrigues ao General C. Aquaviva, 19 de dezembro de 1599", Bras 15, 475 - 478.

<sup>13</sup> LOPES, Fátima Martins. *Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*, p. 26.

chegarem as terras dos Tupi-Potiguara empregaram uma tática que depois passou a ser comum entre os colonizadores: utilizar-se de indígenas para guerrearem contra seus inimigos indígenas.

Essa tática vai propiciar ao colonizador vários benefícios derivados das habilidades dos indígenas: primeiro porque os indígenas eram melhores conhecedores de seu espaço geográfico; segundo, porque conheciam as táticas de guerra das outras tribos, além de custarem menos aos donatários e não serem considerados como grandes perdas humanas caso morressem na guerra.

A chegada do europeu colocou os habitantes da terra em contato direto com o cristianismo e com as armas de fogo, que foram determinantes na destruição da cultura desses povos, assim como as doenças contagiosas que matavam muitos indígenas.

## 2.2 Tentativas para efetuar o povoamento e início da catequese

Na mesma data, 1599, que se afirma ter iniciado a fundação de uma pequena povoação, situada numa área elevada, acima do Forte e a margem direita do rio, por Jerônimo de Albuquerque, comandante do Forte dos Reis.

Com a paz supostamente assegurada no fim do século XVI, já surgiam as primeiras tentativas de povoamento na Capitania. Para que a ocupação portuguesa acontecesse, os colonos contaram com a ajuda dos missionários jesuítas, que intermediavam as relações entre indígenas e colonos. Esse contato era importante para que pudesse se concretizar a colonização, pois, mesmo sendo apresentadas várias causas que justificassem o extermínio do indígena, ele era fundamental e não era interesse da Coroa destruí-los completamente. Precisavam da mão-de-obra indígena e também como agente na formação das vilas e cidades.

Mesmo não tendo sido os únicos missionários a virem para a Colônia foram os mais numerosos e bem formados. Como existe uma ampla documentação escrita pode-se destacar quais foram suas práticas nos primeiros anos da colonização.

Salienta-se também a questão de não haver na capitania do Rio Grande residências religiosas dos padres da Companhia. Todo contato dos padres com os indígenas era projetado a partir da residência de Pernambuco. Era da residência que se aprofundava o

trabalho local e se centralizavam as linhas para o atendimento a outras regiões que estavam sob a responsabilidade dos superiores, isto é, do superintendente das aldeias, pois, deveria haver um em cada colégio, para responder às questões referentes às aldeias, quando necessário fosse. Como já foi mencionado, todo trabalho realizado na capitania dependia dos padres da residência de Pernambuco. E isto acontecia através das chamadas missões volantes. Tem-se notícia dos padres Pinto e Samperes, que efetuaram, nos primeiros anos da colonização a ação catequética na capitania do Rio Grande utilizando-se das missões volantes. Na verdade alguns Jesuítas procuravam argumentos que justificassem a abertura de uma residência jesuíta na capitania, porém isso era impossível pelo reduzido número de sacerdotes ou irmãos. E também porque existiam ordens claras do geral da congregação sobre o número de jesuítas que deveria ter, no caso, de fixarem residência em uma aldeia. Mesmo tendo sido doada terras na capitania do Rio Grande aos jesuítas, ao que tudo indica a "casa" que servia para acolher os missionários na capitania era para os momentos em que estivessem de passagem realizando a catequese em suas missões volantes.

Em carta de 30 de Junho de 1598 do Padre General Cláudio Aquaviva para o Padre Provincial Pero Rodriguez, pode-se constatar as determinações sobre o funcionamento das aldeias "não menos de 4 religiosos, isto é, um grupo que forme uma comunidade fraterna; que o padre encarregado do trato com os índios seja subordinado a outro, que haja um superintendente das aldeias em cada colégio cujo officio seja visitar as aldeias e residências, andando em perpétua visita, olhando assim o que toca aos nossos como à conversão dos indígenas, vendo como se guardam as regras e disciplina religiosa".<sup>14</sup> Através desta carta pode-se perceber que a grande preocupação, do geral, descrita na carta, relaciona-se com o cuidado para com os padres e também em relação ao trabalho apostólico. Acentuando-se a preocupação para com a conversão dos indígenas.

Perguntar-se-á não estaria esta preocupação para com a conversão dos indígenas ligada a interesses da Coroa e dos próprios missionários? Pode-se afirmar que sim, porém essa afirmação torna-se muito simplista quando se analisa a índole dos membros da Companhia de Jesus, homens formados nos rigores da experiência espiritual inaciana, como vimos no capítulo anterior.

Através da análise das correspondências disponíveis na História da Companhia de Jesus no Brasil do Padre Serafim Leite, referentes à missão no Rio Grande, pode-se

<sup>14</sup> Instruções do Padre Aquaviva, HCJB. t. 5, l. 3, p. 506.

constatar que por aqui andaram dois padres, visitando e catequizando os indígenas. Isso não significa afirmar que na região não existissem grandes necessidades, conforme visão dos próprios padres, da presença de mais religiosos por causa da urgência, em se tratando de preocupações dos mesmos de poderem oferecer assistência mais sistemática aos indígenas. Era da vontade de Pero Rodriguez enviar outros, não só para ali, mas para mais longe. Porém, como já foi mencionado na carta de 1598: "*não havendo o número exigido para que se pudesse continuarnos aldeamentos, tornem-se estas missões ordenadas*".<sup>15</sup>

Pelo que consta das cartas, eram os padres do Colégio de Pernambuco que vinham ao Rio Grande como missionários. É ainda em carta do Padre Francisco Pinto ao Padre general Claudio Aquaviva<sup>16</sup> que se percebe a preocupação deste, para que se fundasse residência na Paraíba e no Rio Grande, tendo como motivação principal a conversão dos indígenas e ao mesmo tempo resolver a questão dos religiosos que sofriam com as conseqüências de não estarem em casas apropriadas para religiosos. Argumenta ele que com a abertura de duas residências seriam capazes de cuidarem dos potiguares, tanto os do Rio Grande, como os que desceram para a Paraíba e Guena, "*que é a aldeia que está entre a Paraíba e Pernambuco, que os padres conservaram por missão*".<sup>17</sup> Considerava também que com as residências da Paraíba e Rio Grande não haveria mais o isolamento tão nocivo a própria vida espiritual dos sacerdotes. Isto propiciaria a ajuda aos indígenas sem que se descuidassem deles.

À medida que iam conhecendo melhor as aldeias e descobrindo as necessidades de permanecer ali, por mais tempo para que os indígenas não ficassem privados dos seus serviços espirituais, os padres vão percebendo a grandiosidade da missão que assumiram. Na vasta extensão de terras da Capitania, era uma tarefa quase que impossível atender tanta gente. E a falta de residência dos padres no Rio Grande dificultava ainda mais o atendimento sistemático, porque os padres precisavam voltar a residência de Pernambuco para puderem também cumprir suas funções pessoais de religiosos. Isto é, fazer os costumes retiros, participar das conferências e prestar contas dos avanços das missões.

Este é um ponto que confirma como estavam atentos os religiosos, ou seja, seus superiores, para não os deixarem em situações que viessem a comprometer os religiosos, em questões morais, ou que colocassem a Ordem em incoerência diante daquilo que era a

<sup>15</sup> Ibid

<sup>16</sup> Ibid

<sup>17</sup> Ibid

prática comum dos padres jesuítas. Consta-se, através destas cartas, que mesmo estando os missionários unidos em viagem com os portugueses, ambos comportavam-se diferentemente no trato com os indígenas.

Em carta do Padre Gaspar de Samperes no ano de 1607 ele descreve a capitania do Rio Grande com sua localização geográfica: terras planas, sem montes, com campinas e vários rios e lagoas o que a tornam boa para o plantio, assim como para a construção de engenhos e o cultivo da cana-de-açúcar. Também menciona o número de aldeias que tinha quando os Jesuítas aqui chegaram, isto é, 164 aldeias e como aos poucos foram diminuindo esse número. É evidente a preocupação do padre com o número de indígenas existente. Na carta, ao se referir aos indígenas, ele descreve:

*"Tinha esta capitania, quando os da companhia entraram nela 164 aldeias, mas como este gentil do Brasil facilmente se some entre os portugueses, agora terá como seis mil almas, repartidas em diversas aldeias as quais não visitam os mais que sete ou oito por sermos poucos, ou melhor dizer por não sermos mais dous companheiros que andamos sempre em roda viva cultivando estes cristãos".<sup>18</sup>*

*gentio*

Por outro lado, sabe que existem outras nações de Tapuias, mas o fato de serem apenas dois missionários os impossibilita de darem atenção a estes, pelo muito que já tem de fazer espiritualmente tanto para assegurar a constância na fé do indígena como para com os colonos portugueses. Neste documento o padre deixa transparecer sua missão mais genuína, pois seu intuito era cuidar desses gentios e lhes dar toda a formação necessária para que se tomassem verdadeiros cristãos, súditos de Nosso Senhor Jesus Cristo. É evidente que como bons cristãos também obedeceriam ao rei e ao sumo pontífice, não se pode negar, entretanto, que os padres também eram no meio dos indígenas, instrumento de pacificação.

É importante salientar ou levantar a questão da "aceitação" da presença religiosa pelos indígenas. Fica claro que os indígenas eram capazes de perceber o que era melhor para seu povo. A atitude de alguns chefes indígenas diante do acordo de paz pode servir muito bem como argumento para sustentar essa teoria. Os potiguara perceberam desde o início que os religiosos não estavam ali para destruí-los, ao menos conscientemente.

<sup>18</sup> HCJB, t. 1 - Apêndice I

*\* Na citação de Samperes (p. 17), ele fala da criação de gado.*

Perceberam de imediato a diferença entre os missionários e os colonizadores. A relação, mesmo sendo de domínio, era mais branda e oferecia mais segurança à causa indígena do que a relação com os portugueses leigos.

### CAPÍTULO 3

#### PROPAGAÇÃO DA FÉ NA CAPITANIA DO RIO GRANDE

##### 3.1 O que buscavam os jesuítas na capitania

A antropóloga Berta Ribeiro aponta três objetivos que serviam de base para os missionários e que também serviam de motivação para que esses se lançassem para o novo mundo: salvar almas, convertendo os gentios ao catolicismo; servir a colonização, proporcionando-lhes paz e trabalhadores, e obter o sustento de suas respectivas ordens.

Fátima Martins Lopes<sup>19</sup> afirma que os três objetivos apontados por Berta não excludentes e retoma a questão da mentalidade européia recém saída do mundo medieval e a tendência mercantilista da sociedade e da economia, sendo que este último ainda estava sendo assimilado pelos seus contemporâneos. São  
?

Na verdade, os dois primeiros objetivos são claros nas cartas analisadas, ou seja, os missionários que chegaram à capitania desejavam sim, converter o gentio e torná-lo súdito, sendo assim capaz de prestar serviço a Coroa. Porém esse objetivo deveria ser alcançado com a possível civilização, isto é, com o processo civilizador a que os mesmos seriam submetidos. Quanto ao ponto que se refere ao sustento da Ordem, em se tratando da missão na Capitania do Rio Grande, deve ser aqui questionado: teriam os missionários jesuítas vindo para o Rio Grande em busca de recursos para sustentar a Companhia de Jesus? Essa questão é refutada de imediato, pois na capitania não havia Colégios porque a realidade política, econômica e social não permitia. Entre 1599 – 1750, período das missões, a precariedade, na capitania, era constante e, portanto, não existia a possibilidade de estruturar um colégio. Existiam apenas dois engenhos com pouca produção. As terras do Rio Grande não ofereciam metais, tais como os que existiam nas colônias do império espanhol com as minas de prata, riqueza fácil de ser adquirida.

Na capitania do Rio Grande a maior riqueza era a mão de obra indígena, que estava protegida por uma legislação, salientando-se que esta era sistematicamente violada

<sup>19</sup> LOPES, op. cit.

*observância*

pelos colonos e que aos jesuítas cabia controlar a vigência da lei. Não se deve negar que os índios trabalhavam nas terras dos padres e que estas eram mais prósperas que as dos colonos, porém isso não é indício para se afirmar que os jesuítas tenham vindo para a capitania apenas para se sustentar. E mesmo que a posse de terras, descrita nas cartas, seja vista como bens, não servem para justificar que tenha sido esta a motivação que fez tantos missionários Jesuítas assumirem o serviço apostólico no Rio Grande ou em outras regiões. Deve-se perguntar: valeria arriscar a vida, na busca desenfreada de recursos para a Ordem? Como pode se constatar nos escritos Paulinos, não há censura em relação à obtenção de bens por parte dos missionários<sup>20</sup>. São Paulo afirma que seu único interesse é anunciar o Evangelho.

Esta justificativa, por si só, revela o interesse dos jesuítas. Não significa dizer que não existiram missionários que esqueceram sua missão mais genuína. Porém afirmar que todos os missionários que chegavam as novas terras vinham única e exclusivamente em busca dos mesmos objetivos que os conquistadores torna-se uma justificativa sem séria análise das verdadeiras práticas desses homens.

Sabe-se que desde o início da colonização o maior recurso a ser explorado na capitania fora o pau-brasil, que já era "comercializado" com os franceses através do escambo. Aos poucos os indígenas foram se apercebendo das conseqüências do contato com o homem branco, que já demonstrava que vinha para ficar. Os indígenas compreendem bem o processo de extermínio que começa a se desencadear em sua população. Porém aderem aos aldeamentos e, portanto, à fé, como estratégia mesmo de sobrevivência. Eles estavam conscientes das armas e práticas dos brancos que não mediam esforços para lhes conquistar as melhores terras.

Não se pode negar, que dentro do projeto de colonização os aldeamentos, administrados pelos jesuítas, serviam como espaço geográfico para a proteção dos indígenas. Estando estes sob a autoridade dos jesuítas não podiam ser aprisionados e levados como escravos, muito embora se saiba que as autoridades civis nem sempre foram fiéis a essas prerrogativas, e que mesmo a contragosto dos religiosos várias artimanhas foram utilizadas para que os colonos tivessem acesso ao domínio total dos indígenas utilizando-os como bem quisessem.

<sup>20</sup> I Coríntios, cap. 9

*7 Será isso mesmo?*

São inúmeras as reclamações dos jesuítas em se tratando deste assunto. Mesmo com as leis que favoreciam aos indígenas, entre elas, a "Lei de liberdade dos índios", terminava por não ser válida neste período, pois a uma lei que defendia aos indígenas surgiam outras que justificavam, entre outras coisas, seu aprisionamento. Para isso, cite-se as guerras justas descritas em vários trabalhos que tratam da colonização do Rio Grande, desde os de Luis da Câmara Cascudo, Rocha Pombo, Vicente Lemos, até os mais recentes.

Porém, como se deu esta conquista de almas? Faz-se necessário aqui conceituar o que é evangelizar e fazê-lo a partir da compreensão da própria época: evangelizar é levar a Boa Nova a todos os povos. É salvar as almas implantando a religião cristã e estendendo a Igreja aos povos que não a conhecem.

Constata-se já nos primeiros anos da colonização, que existiam verdadeiros missionários, imbuídos das mais autênticas intenções evangelizadoras que chegavam às Novas Terras carregados de interesses cristãos e buscavam comunicar as verdades da fé aos gentios. Verdades que, para eles, eram o caminho da salvação.

É neste tempo de busca de paz e conquista que se tem o relato das primeiras cerimônias religiosas realizadas no Rio Grande, cujas citações podem se encontrar em Câmara Cascudo, *História da Cidade do Natal* e em Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*.

A cerimônia aconteceu, segundo calendário litúrgico, na Quaresma na qual confessaram e deram o Santíssimo Sacramento a toda gente. Segundo Cascudo, a Semana Santa de 1598 foi realizada durante as tarefas do Forte para que tudo acontecesse segundo as normas da Igreja Católica, com os capitães providenciando tudo o que era necessário. Sendo assim, os padres confessaram, fizeram pregação, adoração do Santíssimo, Ofício de Trevas e procissão que agradou a todos que participaram. É óbvio que tais práticas só aconteceram porque os oficiais montaram guarda, caso houvesse alguma tentativa de ataque por parte dos potiguares. Os religiosos bem sabiam dos perigos que corriam caso os indígenas resolvessem atacar.

O relato desta cerimônia deixa clara a seriedade dos missionários, como eles estavam cientes de suas obrigações como sacerdotes e dos perigos que poderiam advir de tais celebrações litúrgicas neste contexto de tensões entre portugueses e potiguares:

→ "É de justiça reconhecer o espírito de sacrifício desinteressado e o serviço extraordinário de tantos e tantos missionários. Deixavam eles na Europa uma situação de vida, bem superior, para se meterem nos matos afrontando perigos, padecendo necessidades, sofrendo incômodos. E nisso movidos por um ideal evangélico, no qual eles acreditavam e que eles tomavam a sério [...] E se as estruturas colonialistas eram estruturas de exploração, por outro lado, a fé desses homens se guiava pelo princípio evangélico: De que vale ao homem ganhar o mundo inteiro se vier a se perder?" (Mt 16, 26)".<sup>21</sup>

Nestas ocasiões realizavam-se vários batizados, com uma preparação prévia, quando era possível, quando se estava moribundo e não era mais possível orientá-lo, inquiria-se ao mesmo se ele gostaria de receber o batismo e quando a resposta era afirmativa, administrava-se logo o sacramento do batismo. Acreditando-se que se viesse a morrer se teria salvado uma alma. Quando existiam matrimônios a serem celebrados, acontecia de serem realizados em alguns casos no mesmo dia. Tudo segundo normas e práticas da Igreja Católica. Em algumas cartas também se relata a questão da bigamia. Quando um matrimônio era celebrado exigia-se dos noivos que escolhessem um único cônjuge, tendo neste caso que renunciar aos outros, caso os tivessem. E esse era um dos pontos de preocupação dos padres, pois acontecia de, em alguns casos, receber-se o batismo ou o matrimônio e com o tempo passarem a viver como se não fossem cristãos. ? \*

Para que os indígenas perseverassem na nova fé eram necessárias várias intervenções dos padres, que muitas vezes utilizavam-se dos que exerciam algum poder na comunidade para que continuassem a exortar os companheiros a perseverarem na fé. Uma das questões centrais, demonstrada na documentação, é o interesse desses missionários pela ação evangelizadora. Não poupavam esforços para evangelizar o maior número possível de gentios, arriscando, em muitos casos, a própria vida.

As práticas relatadas são todas de cunho religioso com toda uma metodologia própria, ou seja, dizem respeito à importância que davam às pregações e às administrações sacramentais como a confissão na própria língua dos indígenas, na catequese, onde os catequizandos pudessem compreender o que estava sendo ensinado - o batismo, o

<sup>21</sup> HOORNAERT, Eduardo (org.) *História da Igreja na Amazônia*, p. 209.

\* Questão polêmica: Qual é o padrão cristão do casamento / família?

matrimônio, a extrema unção, por exemplo -, assim como as inúmeras visitas que faziam de aldeia em aldeia para melhor acompanhar a conversão dos novos cristãos.

Em relato da missão do Rio Grande pelo padre Pero de Castilho, em 1613, fica claro o que buscavam esses religiosos entre os indígenas:

*“Estava em uma daquelas aldeias uma índia gentia muito doente e no cabo, quando a ela chegamos; sabendo sermos chegados, mandou logo chamar, dizendo esperava somente a batizasse para ir para o céu – coisa maravilhosa, que catequizada logo, e batizada, expirou e descansou em o Senhor”.*<sup>22</sup>

O desejo desta indígena, leva a crer que tinha assimilado de maneira muito rápida as “verdades do catolicismo” repassadas pelos missionários. Todavia questionamos como, em um tempo tão curto - aproximadamente quinze anos da presença dos Jesuítas na Capitania e de forma esporádica, ou seja, através de missões volantes-, possa se encontrar relatos como este que levam a crer que o processo de aceitação da fé dos indígenas ocorreu de forma muito rápida.

Entretanto, considerando-se todas as complexidades desse processo, há de se objetar que a metodologia dos jesuítas era bastante eficiente, na concretização de seus objetivos. O próprio aldeamento, que significava uma total reorganização da vida em comunidade, foi um dos métodos que lograram aos jesuítas um bom êxito na missão. Através do aldeamento aconteceu uma mudança significativa no cotidiano dos indígenas. De acordo com a organização dos padres havia que ter lugar e tempo próprios para todas as atividades. É claro que essas mudanças interferem quantitativamente na ação missionária, favorecendo a implantação da fé em detrimento da cultura indígena.

Em carta pelo Padre Francisco de Matos<sup>23</sup>, é citado São os atentados que os padres sofreram e isso com a conivência do capitão-mor. Isso leva a crer que os padres e sua metodologia incomodavam as autoridades, pois tiravam deles a liberdade de agirem como

<sup>22</sup> Carta ao Provincial Henrique Gomes, HCJB, I, 5, p. 510 – 521.

<sup>23</sup> Carta do P. Francisco de Matos, da Baía, 4 de agosto de 1701, HCJB, I, 1, p. 125. A correspondência entre eles, por sua raridade, é documentação importantíssima para a etnohistória dos povos indígenas. “Dois índios notáveis e parentes próximos, (cartas de Poti e Camarão)”, edição e trad. Port. Pedro Solto Maior, RIAP, 26; 62 – 72, 1912; e “Cartas Tupis dos Camarões”, Trad. Port. Alfredo de Carvalho, RIAP, 68; 281 – 305, 1906.

bem queriam com os indígenas o que confirma também que o relacionamento dos padres com estes era menos agressivo que o dos leigos colonizadores com os indígenas.

### 3.2 Conquista holandesa

A partir de 1630, quando foi iniciada a conquista de Pernambuco pelos holandeses, maior potência comercial do mundo no século XVI, desencadeia-se um período cruento da história do Rio Grande. Denise Mattos Monteiro<sup>24</sup> faz um relato preciso deste fato. Aqui, porém, salienta-se a participação dos jesuítas nestes acontecimentos. Sabe-se, portanto, que tanto indígenas como colonos sofreram as conseqüências dessa conquista. Várias foram as formas de ataques aos padres quando os holandeses conquistaram o Forte dos Reis Magos, buscaram logo consolidar relações amigáveis com os colonos e indígenas. Entretanto os padres sofreram muitas acusações e no período do domínio holandês elas se intensificaram.

Serafim Leite<sup>25</sup> relata as acusações que os padres da província do Brasil sofreram. Consta-se que os anos de 1640 foram bastante conturbados. E na capitania de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande isso vai ser bastante acentuado pela nova administração holandesa que busca conquistar a simpatia de índios e colonos oferecendo-lhes mais oportunidades que os portugueses que administravam as capitanias. Vários índios aldeados e catequizados não aderiram aos holandeses e isso foi a causa da morte de muitos.

Porém, o domínio holandês se fez na Capitania do Rio Grande, com lutas e mortes violentas. Neste caso eram vítimas, tanto os colonos como os indígenas catequizados pelos Jesuítas. Ao que tudo indica, durante o domínio holandês os indígenas ficaram sem assistência religiosa. Os fortes aliados dos holandeses foram os "Tapuias" que já eram inimigos dos potiguaras. \*

Segundo Pedro Puntoni,

<sup>24</sup> MONTEIRO, D. M., Introdução à História do Rio Grande do Norte.

<sup>25</sup> HCJB, t. 6 - Apêndice C, p. 573 - 587.

\* Não é verdade. Veja-se o trabalho "Igreja e Estado no Brasil holandês" (Franz Leonard Shaukrwich).

"o estudo do período holandês, e das políticas indigenistas da Companhia das Índias Ocidentais, permite-nos melhor perceber que o problema do estabelecimento de relações amigáveis com as tribos indígenas visando à sua participação no processo de colonização, relacionava-se diretamente com a demanda permanente de colonos para o povoamento e, sobretudo, para o esforço das tropas. Os mais conhecidos auxiliares dos holandeses eram os potiguares da Paraíba, que marchavam sob o comando de Pedro Poti, parente próximo de Felipe Camarão, governador das tropas índias do lado português, e de Antônio Paraupaba".<sup>26</sup>

Para além disso, Nassau tratou de atrair tribos tapuias para uma aliança. Os janduí, habitantes do Rio Grande, foram os principais aliados dos batavos e já há tempos defendiam as conquistas do extremo Nordeste das invasões de portugueses. Os cariris e goianases foram cortejados objetivando-se estabelecer dificuldades na fronteira do rio São Francisco, apesar de alguns grupos dos primeiros serem aliados dos portugueses. A mando de Nassau, o holandês Roulox Baro empreendeu uma viagem ao "país dos tapuias", visitando as tribos dos janduí situadas a oeste da colônia<sup>27</sup>.

O resultado destas alianças holandesas far-se-ia refletir no futuro dos conflitos entre os povos indígenas e os colonizadores portugueses, quando da expulsão da Companhia holandesa do Brasil.

Ao se ter claro os conflitos existentes entre indígenas pode-se constatar que os padres teriam mais dificuldades depois do domínio holandês. Teriam que enfrentar autoridades e indígenas não catequizados para alcançarem assim o seu objetivo. Quando os holandeses foram finalmente expulsos do Brasil, o poder lusitano assumiu o domínio das capitanias dominadas pelos holandeses.

<sup>26</sup> Joan Nieuwof, *Memorável Viagem marítima e terrestre ao Brasil*, (1682, trad. Port., Belo Horizonte / São Paulo, 1981, apud PUNTONI, P. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do Brasil (1650-1720)*, p. 45. A correspondência entre eles, por sua raridade, é documentação importantíssima para a etnohistória dos povos indígenas. "Dois índios notáveis e parentes próximos, (cartas de Poti e Camarão)", edição e trad. Port. Pedro Souto Maior, RIAP, 26; 62 - 72, 1912; e "Cartas Tupis dos Camarões", Trad. Port. Alfredo de Carvalho, RIAP, 68; 281 - 305, 1906.

<sup>27</sup> A expressão "País dos Tapuias" é de Roulox Baro, que viajou ao Rio Grande do Norte para entender-se com tribos de índios Janduí (tarairu). Para ele, no entanto "o País Tapuias" quer significar a específica região onde "reina" o chefe Janduí. Roulox Baro, *relação da viagem ao país dos Tapuias*, (1647), trad. Port., BH / SP, 1979, veja ainda J. Antônio Gonçalves de Mello Neto, *Tempos dos Flamengos*, p. 202, apud PUNTONI, op. cit.

### 3.3 Catequese como processo educativo

Com o processo de colonização de algumas capitâneas, organizava-se também os colégios dos jesuítas, instrumentos privilegiados de sua ação educativa. E eram os únicos centros de cultura que a colônia permitia. Faz-se necessário distinguir aqui entre Escolas ou Colégios de Meninos, que segundo Arlindo Rubert<sup>25</sup>, era uma espécie de orfanato com ensino das primeiras letras e, às vezes, de humanidades, e os Colégios propriamente ditos, destinados ao grande público.

Nos primeiros estudavam os órfãos trazidos de Lisboa e os filhos de índios e mamelucos, que sabiam a língua da terra, preparando-os para a catequese dos nativos. Nos outros estudavam os filhos dos portugueses, acrescentando-se mais tarde, cursos especiais para os clérigos. Entretanto, mesmo primando pela disciplina e ordem, o sistema educacional Jesuíta trazia em sua essência algo próprio da mentalidade europeia que dificultou o processo frente às necessidades concretas da colônia. Longas horas de estudos em latim, grego, matemática e outras disciplinas próprias do plano de estudo europeu, certamente formava alguns intelectuais, porém faltava-lhes o ensino prático, que ajudasse na resolução dos problemas segundo as necessidades da terra. O ensino missionário na capitania do Rio Grande aconteceu a partir das missões itinerantes. E só mais tarde missões de aldeamento.

Os objetivos dos jesuítas nestes primeiros anos da colonização restringiram-se em torno do trabalho com os indígenas. Na capitania do Rio Grande, nos primeiros anos da colonização, o contato dos jesuítas com os indígenas não foi diferente do que aconteceu em outras missões vo lantes. Quando chegaram a essas terras entraram logo em contato com os indígenas e buscaram intervir no processo de paz com os potiguares. É certo que logo iniciaram a catequização dos mesmos, especialmente com o símbolo do cristão: a cruz.

O Padre Francisco Pinto, principal agenciador das pazes, em carta de 17 de janeiro de 1600, recapitula e completa as notícias. Achou que havia no distrito do Rio Grande, 150 aldeias, já desfalcadas de gente pela terrível epidemia da varíola. A chamado dos padres vieram ao Forte dos Reis Magos muitos principais:

<sup>25</sup> RUBERT, Arlindo. *A Igreja no Brasil*, v.1, p. 247.

"e por não ser ainda seguro meter tanta gente, mandei que se fizessem um modo de choupana e ramados, para ali ir falar com eles, o que até então os portugueses não ousavam a fazer, porque não saíam do Forte, senão bem perto e bem armados e acompanhados dos soldados".<sup>29</sup>

É ainda nesta carta que o Padre Francisco relata o seu contato com os potiguaras, como gostavam de ouvi-lo falar e como pareciam impressionados de tudo o que o padre falava: "Folgava muito de falar comigo e parece que quem não falava comigo não ia consolado; e assim me era necessário estar todo o dia tratando e falando, ora com uns, ora com outros"<sup>31</sup>

Por que o P. Francisco Pinto não se comportava como os outros homens no Forte, mas ia até onde estavam os indígenas? Mesmo sabendo-se de todas as complexidades da relação dos Jesuítas com os interesses da Metrópole, os Jesuítas quando assumiram o projeto missionário, concebiam-se, antes de tudo como missionários destinados à conversão do gentil. Mas, também a assistência religiosa dos colonos portugueses e, por extensão, dos mestiços.

Quando se tornavam jesuítas assumiam na vida os riscos do seguimento a Jesus Cristo. E conseqüentemente, seus ensinamentos: "Ide, pois e ensinai a todas as nações; batizando-as em nome do Pai e do Filho e do Espírito Santo. Ensinai-as a observar tudo o que vos prescrevi. Eis que estou convosco todos os dias, até o fim do mundo".<sup>30</sup>

Não seria este o motivo da coragem de tantos missionários que não se negavam, na hora em que precisavam arriscar a vida para poder evangelizar os indígenas? Ou tinham os ensinamentos bíblicos bem interiorizados na vida pessoal ou não passariam de loucos, que sem uma justa razão se colocariam em perigos constantes. É ainda em texto de Mateus 16,25 que Jesus diz: "porque aquele que quiser salvar a sua vida, vai perdê-la, mas aquele que tiver sacrificado a sua vida por minha causa, vai recobrá-la".<sup>31</sup> Só mesmo a crença e a vivência numa verdade maior que o apego à própria vida justificaria renunciá-la.

É ainda na mesma carta citada anteriormente que o P. Francisco Pinto, relata como foi preciso retomar à Capitania do Rio Grande, "por assim querer um grande principal,

<sup>29</sup> Carta do Padre Pinto ao Padre Geral C. Aquaviva, HCJB, t. 5, l. 3, p. 504.

<sup>30</sup> Mateus, 28,18.

<sup>31</sup> Mateus, 16,25.

que queria que o padre fosse para colocar uma cruz em um lugar onde ele queria ajuntar sua gente, espalhadas por causa das guerras passadas".<sup>32</sup> Percebe-se que esta atitude aqui relatada é não só a porta para a paz que começa a se abrir, como também o começo da aceitação da catequese, pois o símbolo do cristianismo começa a surtir efeito entre os indígenas e esses efeitos vão se propagar por diversas aldeias.

Segundo o relato do padre citado, ele teve que percorrer tantas léguas alevantando cruces que adoeceu e precisou ser recolhido no Forte. O que era afinal essa cruz para os indígenas, não se sabe, pois na cultura potiguara não se menciona, ao menos na bibliografia estudada, algum símbolo que se pudesse assemelhar com a cruz. Portanto, não se pode afirmar o que isso significava para eles. Por parte dos missionários existia como o próprio padre citado diz, "muito gosto em alevantá-las, por ser as primeiras que se colocavam naquele sertão".<sup>33</sup> Este vai ser um marco fundamental para a catequização dos indígenas. O que vai se perceber depois deste episódio é a adesão cada vez maior dos indígenas ao processo catequético dos jesuítas.

Os problemas para a concretização da evangelização eram muitos. Entretanto, os jesuítas resistiam e avançavam em seus empreendimentos para catequizar. Percebe-se que no início, entre os jesuítas havia uma tendência para aceitar e cristianizar os costumes dos povos pagãos. No Brasil também se percebe esta tendência, pois demonstravam uma certa tolerância e até simpatia com relação à cultura e aos hábitos dos indígenas quando procuravam adotar músicas e instrumentos dos índios nas celebrações. Porém, essas experiências foram abandonadas muito depressa.

Além do problema da língua, que podia ser resolvido na questão da catequese, problema maior era o processo de evangelização ser muito marcado pela teologia da época e pelo sistema colonial. A evangelização se confundia com uma catequese puramente doutrinária e era fundamentalmente viciada pelo caráter guerreiro da conquista, tudo isso fruto da mentalidade européia.

Porém, como questionar, melhor dizendo, julgar a mentalidade destes homens que eram filhos do contexto europeu? Muitos até tinham idéias avançadas quando chegavam ao Brasil, mas se deixavam abater pelas dificuldades que experimentavam na missão e terminavam por acreditar serem as práticas doutrinárias-teológicas as mais acertadas para esse tipo de gente. Na verdade, precisavam, em alguns momentos, rever seus valores e não

<sup>32</sup> Carta do P. Pinto ao General Aquaviva, HCJB, t. 5, l.3, p. 504.

<sup>33</sup> Ibid.

se deixarem desanimar pelas grandes diferenças culturais, mas procurar novas fórmulas para poderem ser uma presença qualitativa para os povos conquistados. Os problemas neste âmbito eram muitos, tais como lidar com os rituais de antropofagia, ou mesmo com a nudez dos nativos com suas dinâmicas tão diferentes das dos povos "civilizados". A questão da nudez, por exemplo, exigia uma nova maneira de compreender a teologia sobre o pecado original que era uma explicação conforme a teologia da época. A moral era uma questão séria.

Como seria repassada para esses povos? O problema era consequência do choque de mentalidade nas duas culturas em relação. No início os jesuítas não se preocuparam muito com a nudez dos nativos. Porém, o bispo era mais severo e exigia a resolução do problema. Aconteceram outras divergências entre o bispo e os jesuítas por causa de seus métodos de evangelização. Todavia, percebe-se que os jesuítas implantaram uma catequese forte por onde passaram e contribuíram na assimilação de costumes europeus repassados para os indígenas. Aqui não se procurará avaliar se essa contribuição foi positiva para os indígenas ou não. Busca-se, porém compreender como ela aconteceu.

Na capitania do Rio Grande não se tem notícias de grandes investimentos na área educacional, como era o costume nos lugares onde se tinha Residências. A educação na capitania restringiu-se mais às questões práticas, como o ensino de simples ofícios necessários à sobrevivência, o que ajudava um pouco mais nos afazeres domésticos e, sobretudo, a educação da fé que exigia do aprendiz um mínimo possível de leitura. Neste caso o que se aprendia relacionava-se às necessidades para se compreender a doutrina.

A instrução era a base da catequese, daí a necessidade de um mínimo possível de conhecimento para se instruir na nova religião. Em alguns casos fazia-se o possível para que o neófito ou catecúmeno pudesse compreender ao menos o que ele estava recebendo, no caso, do batismo, às vezes, estes já estavam tão doentes que o simples fato de dizerem que queriam o batismo já era suficiente para que fosse administrado, o batismo ou a unção dos enfermos. No Rio Grande é constatado que os jesuítas que aqui passaram tiveram influência relevante no processo de implantação da fé católica. Foram várias as missões que partiram do Colégio de Pernambuco para o Rio Grande, com o intuito de orientar para o cristianismo.

Colonos e indígenas tinham motivos diferentes para se alegrarem com a vinda dos padres jesuítas. Os colonos alegravam-se porque teriam a quem confessar seus infortúnios e os indígenas porque já acreditavam que os padres podiam lhes garantir a liberdade, ou ao

Um tanto repetitivo

menos defendê-los. Na verdade, a alegria dos nativos era consequência da compreensão que já tinham de que precisavam buscar meios junto aos portugueses para continuar em suas terras e livres. Os apresamentos continuavam acontecendo em larga escala, assim como as guerras constantes entre tribos inimigas, que eram muitas vezes provocadas pelos próprios colonos para se beneficiarem com as terras dos indígenas, assim como eram constantes as mortes causadas pelas doenças infecto-contagiosas. A alegria partia, portanto, de uma necessidade concreta que eles acreditavam ser resolvida pela ação dos padres.

Quando foram fixadas as missões de aldeamentos do Rio Grande, sabe-se que mesmo existindo relatos da visita de padres seculares que vinham pregar e catequizar, foram os jesuítas quem mais se destacaram na capitania. Afirmar que os aldeamentos administrados pelos jesuítas foram primordiais para a fixação dos portugueses nas terras indígenas e despovoamento dos últimos é desconsiderar os escritos da época, sobretudo as cartas dos Jesuítas que descrevem os fatos ocorridos e mostram claramente que agiam conforme aquilo que acreditavam, isto é, que deviam utilizar-se de todos os meios cristãos para converterem os gentios. Estavam muito mais preocupados com a implantação do Reino Eterno do que com o reino terrestre. Através das cartas são mencionadas as dificuldades que precisavam passar constantemente os padres responsáveis pelos aldeamentos. Não eram apenas as dificuldades com os indígenas, mas, sobretudo, com os colonos e às vezes até com o capitão-mor que não agia conforme a lei, nem de Deus e nem dos homens.

Afirmar que as missões de aldeamento favoreciam o aproveitamento do indígena para o trabalho escravo para o colono é uma falácia. O interesse dos missionários era tornar os "bárbaros humanos" para assim podê-los tornar cristãos. Se se afirma que os jesuítas reduziam os indígenas com o intuito de os "amansar" para os colonos, como explicar então a aflição dos padres diante dos acontecimentos descritos na carta de P. Pero Dias?:

*"A gravidade destes sucessos estava sobretudo no facto endêmico de desinteligência entre os Cabos de Guerra Paulistas e os capitães-mores, em que se entrechocavam interesses econômicos e prevalências de penachos, os padres, indo ao sertão, trouxeram alguns índios bravos para com os mansos se catequizarem. Domingos Jorge Velho, chefe dos Paulistas, usando de ameaças, tirou da aldeia os índios para os levar consigo. Ficaram as mulheres e as crianças. O capitão-mor do Rio Grande*

*P. Dias*

*arrancou as a força da aldeia para casa dos moradores e mais para a sua. Protestaram os padres, e tomaram-se as medidas que o caso requeria. Diversas cartas Régias mandam que se restabelecesse a justiça".<sup>34</sup>*

Por causa deste fato foram várias as perdas em relação aos indígenas. Muitos se viram traídos pelos padres e debandaram para outras terras. Muitas vezes diante da violência dos portugueses leigos os padres precisavam agir e é claro que isso era sempre motivo para guerra.

O que se conclui é que o projeto de colonização era composto de pessoas com os mais variados interesses e que muitos colonos não estavam preocupados em saber o que caberia ao indígena, mas como os indígenas podiam ajudá-los a se tornar ricos nas novas terras. Isto significa dizer que para o colono o indígena fazia parte de suas posses e que, portanto, podiam utilizá-lo como fosse melhor, da mesma forma que agiam com tudo o mais que encontravam na colônia. O fato de se depararem com uma cultura tão diferente da deles, fizera-os logo determinar que eles eram como animais e não como humanos.

Nas missões de aldeamento o ponto central do trabalho jesuíta continuava sendo a catequese e os ensinamentos para que os indígenas se "civilizassem", assim como a proteção aos indígenas será uma constante para os padres. Mesmo não sendo intenção dos jesuítas, os indígenas, depois de catequizados, tornavam-se mais vulneráveis aos ataques de colonos e até mesmo dos inimigos indígenas.

A precariedade nos aldeamentos foram uma constante e o trabalho muito árduo e às vezes infrutífero. Muitas vezes os indígenas voltavam aos antigos costumes. Os padres percebiam que torná-los verdadeiros cristãos não era tarefa fácil. O que se pode constatar é que muitos permaneciam nos aldeamentos por medo dos Paulistas e dos curraleiros. O que leva a crer que eles sentiam-se um pouco mais seguros nos aldeamentos do que fora deles, especialmente quando começou a criação de gado. Às primeiras dificuldades que os missionários tiveram que enfrentar, somaram-se outras. Em carta do Padre Filipe Bouré, de 10 de abril de 1700, ele relata que a missão lhe parecia um verdadeiro exílio. Porém, o espírito de sacrifício e o amor à missão são constatados na ocasião do assalto que sofreu a aldeia a 16 de março, quando os jandúis, inimigos de brancos e paiacus assaltaram

<sup>34</sup> Carta de P. Pero Dias, HCIB, t. 5, p. 123.

ferozmente a aldeia deixando 73 mortos e 80 cativos, na maioria crianças.<sup>35</sup> Percebe-se que para enfrentar esses desafios era necessário ter uma forte motivação. O padre aceitava esses trabalhos oferecendo todo o sacrifício pelas almas do purgatório.

No período de 1598 até meados do século XVIII, estiveram presentes no Rio Grande os padres Francisco de Oliveira, Antônio Antunes, Luis Figueira, Francisco Pinto, Pero Rodrigues, Gaspar de Samperes, Diogo Nunes, André de Soveral, Pero de Castilho, Manuel de Moraes apontados como a primeira geração de missionários que a partir do colégio de Olinda, atuaram no Rio Grande. Eles não só foram diplomatas a negociar os acordos de paz, mas conseguiram interferir no processo de colonização e implantação da fé na capitania.

Depois de controlados os conflitos entre indígenas e colonos, alguns missionários morreram, outros estabeleceram suas atividades no Rio Grande ou se deslocaram para as outras missões que se abriam, conforme a conquista avançava em direção ao seu objetivo final, ou seja, o Maranhão e o Amazonas, atuando na economia, na catequese e como elemento ativo, moderador e unificador nas fronteiras.

TÍTULO: "Catequese como processo educativo". O conteúdo ficou a desejar.

<sup>35</sup> Carta do P. Felipe Boursal, HCJB, T. 3, l. 3, p. 504.

## CONCLUSÕES

Procurou-se neste trabalho compreender o contexto europeu e norte-riograndense em que se desenvolveu a vivência religiosa dos jesuítas para melhor entender sua vinda para a capitania do Rio Grande e sua ação missionária entre os indígenas.

No processo de colonização do Rio Grande, os jesuítas tiveram influência predominante na implantação da fé católica. Suas visitas às aldeias, suas atividades nos aldeamentos e seus diálogos com os colonos e, sobretudo, com os indígenas, incutiu na população uma fé alicerçada nas práticas e ações dos padres.

No período colonial é indiscutível afirmar que houve uma adesão muito rápida ao catolicismo. Porém, não foi passiva. Constatou-se que à medida que os colonizadores intensificavam seu domínio nas terras da capitania, os indígenas tornavam-se mais vulneráveis aos interesses da Metrópole, reagindo através de lutas violentas.

Não se pode negar que os aldeamentos contribuíram para que os colonos pudessem obter o domínio mais rápido da terra, permitindo também aos padres um maior controle da catequese e, portanto, um espaço físico onde os neófitos pudessem praticar a fé e serem constantemente exortados.

Na análise das cartas examinou-se a prática jesuítica na capitania e constatou-se que os primeiros anos foram de luta na busca da pacificação dos indígenas e uma preocupação em procurar catequizá-los e tomá-los fiéis cristãos para mais tarde, junto aos próprios indígenas, lutarem para que esses pudessem continuar vivendo como filhos de Deus e súditos da Coroa Portuguesa. Esta estreita relação entre material e espiritual trouxe conseqüências desastrosas para o indígena e mesmo para a ação missionária dos jesuítas.

No entanto, percebe-se que a ação espiritual missionária possui, por si mesma, valor para a compreensão do processo de conquista e colonização. Assim, vimos que apesar de ~~que~~ as missões jesuíticas não <sup>podem</sup> ~~pudessem~~ escapar à ação dos colonos e à própria política colonial, as práticas desenvolvidas no interior das missões possuem uma lógica própria e funcionaram como agentes culturais cujos processos é necessário compreender.

Observa-se a importância de se investigar com mais empenho a mentalidade das diversas congregações religiosas que desenvolveram ações missionárias, alicerçadas em

uma espiritualidade própria e que por isso influenciaram diferentemente o contexto colonial, assim como comparar e traçar semelhanças fruto da teologia e da formação institucional de cada uma, para compreender suas relações com os povos dominados.

## FONTE

LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Lisboa – Rio de Janeiro: 1938/1945.

## BIBLIOGRAFIA

CASCUDO, Luis da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Achiomé, 1984.

CUSTÓDIO FILHO, Espencer. *Exercícios na vida cotidiana*. 2.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

FERNADES, Francisco Assis Martins. *Comunicação na pedagogia dos jesuítas na era colonial*. São Paulo: Edições Loyola, 1980.

HAUCK, João Fagundes. *Caminhos da Igreja no Brasil*. Revista Família Cristã, fev. e jul. 1987.

HOORNAERT, Eduardo (org.) *História da Igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992.

LEMOS, Vicente. *Capitães-mores e governadores do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1980.

LOPES, Fátima Martins. *Missões religiosas: índios, colonos e missionários na colonização da Capitania do Rio Grande do Norte*. Dissertação (Mestrado em História) – UFPE, Recife, 1999.

LOYOLA, Inácio. *Exercícios espirituais*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

MATOS, Henrique Cristiano José. *Nossa História: 500 anos da presença da Igreja Católica no Brasil*. São Paulo: Edições Paulinas, 2001.

MONTEIRO, Denise Matos. *Introdução à História do Rio Grande do Norte*. Natal: EUFRN, 2000. ?

POMBO, Rocha. *História do Estado do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Anuário do Brasil; Porto: Renascença Portuguesa, [s.d.].

PORTO, Maria Emília Monteiro. *Jesuitas na Capitania do Rio Grande, séculos XVI – XVIII. Arcaicos e modernos*. Tese (doutorado em História) – Universidad de Salamanca, Salamanca, 2001.

PUNTONI, Pedro. *A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão do Brasil (1650 – 1720)*. Tese (doutorado em História) – USP, São Paulo, 1998.

RAMPINELLI, Waldir José; OURIQUES, Nildo Domingos (org.). *Os 500 anos: a conquista interminável*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

RUBERT, Arlindo. *A Igreja no Brasil, (1981 – 1998)*. Santa Maria: Pallotti, 1981.

SUASSUNA, Luis Eduardo; MARIZ, Marlene da Silva. *História do Rio Grande do Norte colonial (1597 – 1822)*. Natal: Edições Natal, 1997.